Plano Municipal de Erradicação e Enfrentamento ao Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador

a) Breve histórico

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a partir de 2012, retomou suas atividades relacionadas ao tema do trabalho infantil, restabelecendo a Comissão Intersecretarial, composta por diversas Secretarias Municipais e organizações da sociedade civil.

Dentre outras atribuições foi de responsabilidade dessa **Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de SP (CMETI), coordenada pela SMADS** elaborar o primeiro plano municipal de erradicação e enfrentamento ao trabalho infantil e proteção ao jovem trabalhador da cidade de São Paulo, o que preconizou um longo processo, como segue:

- Contratar Consultoria de cientista social/socióloga para colaborar com a sistematização do Plano
- Elaborar roteiro para o Plano Municipal em sintonia com o Plano Nacional 2011-2015 e diretrizes/ resoluções da OIT – Organização Internacional do Trabalho/ONU
- Elaborar referências conceituais à partir de marcos legais: nacional e internacional
- Pesquisar dados e informações quantitativas e qualitativas para sistematização de diagnóstico: pesquisa, entrevistas e visitas a órgãos públicos e instituições
- Elaborar Plano Operacional de Ações para 05 anos
- Apresentar versão Preliminar do Plano para Consulta Pública
- Realizar 02 audiências públicas e disponibilizar o documento na web para sugestões
- Elaborar versão Final do Plano Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Jovem Trabalhador de São Paulo
- Aprovar nos Conselhos Dos Direitos da Criança e Adolescente-CMDCA e de Assistência Social-COMAS a versão final do plano

As reuniões mensais da Comissão possibilitaram tratarmos das questões de modo a finalizar o plano que ainda será publicado

b) Percepção do contexto

A Comissão, ao longo do dinâmico processo de construção de um plano municipal para uma cidade do porte de São Paulo, identificou que a despeito de faltarem informações sistematizadas específicas sobre o tema , assim como de articulação acerca das ações, muito já está sendo feito no âmbito do trabalho infantil.

Órgãos que se relacionam e atuam na temática:

- **CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**
- **CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo -** órgão criado para propor, deliberar e acompanhar as políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, atendendo às diretrizes do ECA

- **CONSELHOS TUTELARES** - órgão encarregado pela sociedade para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA: o Município de São Paulo conta com 52 Conselhos em funcionamento e 260 conselheiros e conselheiras.
- **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**
- **Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil** coordena Rede Nacional e Estadual de Combate ao Trabalho Infantil, espaços de sensibilização e mobilização de atores institucionais, governamentais e da sociedade.
- **CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil** organismo quadripartite com atribuição de elaborar e acompanhar a execução do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil:

  PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (2011/2015) que estabelece:

- Priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais;
- Promoção de ações de comunicação e mobilização social;
- Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para as piores formas;
- Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social;
- Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes;
- Proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho;
- Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas.

Políticas Públicas do Município de São Paulo:

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PETI – Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de São Paulo

Em 2011 a SMADS elaborou o Plano interno da Assistência social para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no município: conjunto de ações e intervenções, protocolos de atendimentos, procedimentos e estabelecimento de fluxos de informações, a partir dos seguintes eixos de atuação:

- Transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho
- Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças ou adolescentes até 16 anos
- Acompanhamento familiar ofertado pela Proteção Social Especial – PSE, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Proteção Social Básica – PSB, por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)
- Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua

- Coordenação da Comissão Municipal de Erradicação e Enfrentamento ao Trabalho Infantil

EDUCAÇÃO

A falta de perspectiva de vida é um dos fatores que levam a criança ou o adolescente a trabalhar precocemente e a educação tem papel preponderante na formulação de um projeto de vida futuro. A Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo conta com 1.478 unidades educacionais da Rede Direta e 1.763 da Rede Conveniada/Indiretas/Mova, além de 45 CEUS. Reúne um contingente de 49.042 professores.

- Em dezembro de 2015, cerca de 72 mil estudantes foram inscritos e beneficiados com período integral (Programa Mais Educação) em 367 escolas municipais
- Em 2014 foi criado o Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA com o objetivo de apoiar e acompanhar as equipes docentes e gestoras no processo de ensino-aprendizagem dos educandos com dificuldades e articular e fortalecer a Rede de Proteção Social nos diversos territórios da cidade.

SAÚDE

A COVISA, Coordenação de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde já tem diretrizes estabelecidas e fluxo de procedimentos para notificação de acidentes ocorridos em toda a rede municipal de atendimento a saúde, incluindo de menores de 18 anos.

O registro é encaminhado para um dos seis Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do Município que desencadeia investigação das condições geradoras do acidente e subsequentes intervenções nos estabelecimentos empregadores.
A Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente oferecem serviços e atividades voltadas às crianças e adolescentes que, embora não tenham foco no trabalho infantil, atendem segmentos em situação de vulnerabilidade social e/ou se configuram como espaços de inclusão social voltados ao desenvolvimento de capacidades, valores e ao convívio social que contribuem para a prevenção do trabalho infantil.

TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

A Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo executa e fortalece políticas públicas que promovem o trabalho, emprego e geração de renda, articuladas a uma concepção de desenvolvimento local, sustentável e solidário embasada no conceito de TRABALHO DECENTE, apoia projetos de diversas instituições públicas e privadas voltados à qualificação profissional e geração de renda da população em situação de vulnerabilidade, entre outros:

- **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**
- **Programa Operação Trabalho (POT)e Bolsa Trabalho**: estimulo à busca de ocupação e inserção ou reinserção no mercado de trabalho. Oferece 1291 bolsas a jovens o jovem trabalhador atividades de capacitação.

- **Programa Jovem Aprendiz**: destinado aos jovens cadastrados na base de gestão do Sistema Nacional de Emprego (SINE). Entre 2015 e 2016 foram cadastrados 43.000 jovens entre 14 e 17 anos.
- **Projeto Vira Vida:** apoio a capacitação profissional de adolescentes vitimas de exploração sexual pelo Sistema S.

VERDE e CULTURA

A Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente oferecem serviços e atividades voltadas às crianças e adolescentes que, embora não tenham foco no trabalho infantil, atendem segmentos em situação de vulnerabilidade social e/ou se configuram como espaços de inclusão social voltados ao desenvolvimento de capacidades, valores e ao convívio social que contribuem para a prevenção do trabalho infantil.

c) Desafios

Ao longo dos trabalhos também foi possível identificar uma série de desafios para o enfrentamento ao trabalho infantil, tais como:

- Superar o subregistro do trabalho infantil, resultado da dificuldade em reconhecer e caracterizar as diversas situações de trabalho infantil e de trabalho proibido ou desprotegido de adolescentes entre as autoridades e técnicos da esfera municipal e a falta de critérios uniformes para identificá-las.
- Reverter a invisibilidade das condições de trabalho desprotegido do adolescente
- Superar a fragmentação das iniciativas já existentes: construir e acordar instrumentos e mecanismos para viabilizar a intervenção articulada, com abordagem intersetorial, definição de metas e estratégias conjuntas para prevenção e enfrentamento do trabalho infantil e proteção ao jovem trabalhador
- Viabilizar a interação de procedimentos, fluxos de notificações e encaminhamentos.

Gabriela Cruz e Thais Romoli Tavares